

## Turismo responsável no Bom Bom Island Resort

### *Responsible tourism in the Bom Bom Island Resort*

*Madalena Patacho. Bom Bom Island Resort Eco Guide (S. Tomé e Príncipe)*

#### **Resumo**

*Os programas de certificação têm a potencialidade de proporcionar turismo mais sustentável através da definição de standards e avaliação de desempenhos. Permitem, ainda, ajudar a distinguir ecoturismos genuínos, protegendo a integridade deste conceito. O Bom Bom Island Resort (BBIR) está situado a norte da Ilha do Príncipe, em São Tomé e Príncipe, no Golfo da Guiné. Actualmente, o BBIR encontra-se num grande processo de mudança, sendo um dos principais objectivos elevar a qualidade do resort, destacando-o ao nível da sustentabilidade e transformando-o numa referência internacional de boas práticas. Pretende-se desenvolver e aplicar uma política de turismo responsável, fazer parte de e apoiar a economia local, promover e proteger o património natural e cultural, apoiar e investir na conservação do destino e elevar os standards de qualidade do resort. Com o projectar e desenvolver desta transformação tornou-se evidente que um processo de certificação seria totalmente enquadrável e oportuno. Uma vez iniciado este processo e consoante os resultados atingidos é intuito do BBIR procurar um programa de certificação, que se enquadre nos seus objectivos e que permita avaliar e comprovar os esforços e empenho de sustentabilidade de toda a equipa do resort.*

#### **Abstract**

*Certification programs have the potential to provide a more sustainable tourism through the definition of standards and evaluation of performances. They also help distinguish a genuine ecotourism (authentic ecotourism), protecting the integrity of this concept. The Bom Bom Island Resort, BBIR? Is located at the northern end of Príncipe Island, in Sao Tome and Principe, in the Gulf of Guinea. Currently, the BBIR is in a major change process, being one of the major objectives to raise the quality of the resort, making stand out the level of sustainability and transforming it into an international reference of good practice. The intention is to develop and implement a policy of responsible tourism, form part of and support the local economy, promote and protect the natural and cultural heritage, supporting and investing in the conservation of the destination and raise the standards of quality of the resort. With this process of transformation is obvious that a certification process would fit perfectly. Once BBIR have started this process and in accordance with the results obtained, will try to obtain a certification program that meets your objectives and to evaluate and verify the efforts and commitment of the sustainability of the whole equipment of the resort.*

#### **Palabras chave**

*Turismo sustentável, conservação, processo de certificação, standards de qualidade.*

#### **Key-words**

*Sustainable tourism, conservation, certification process, quality standards.*

## Sustentabilidade, qualidade no turismo e certificação

---

Com mais de 900 milhões de pessoas a viajar todos os anos (R.A., 2009) o turismo tornou-se na indústria em maior crescimento do mundo; contudo, ao mesmo tempo que proporciona prazer e rendimento a milhões de pessoas, também pode potenciar stress em ecossistemas frágeis (CBD, 2002).

As actividades turísticas requerem muitas infra-estruturas, como, por exemplo, hotéis, restaurantes, transportes, estradas ou estacionamento, as quais podem, na sua construção e manutenção, trazer consequências negativas, tais como desenvolvimento descontrolado, aumento de níveis de poluição, destruição de habitats naturais, remoção de vida selvagem e influências indesejadas nas culturas locais (BLACK & CRABTREE, 2007; HONEY M., 2002). No entanto, as actividades turísticas também criam postos de trabalho, geram receitas, incentivam a preservação, criam condições de conservação, de redução de ameaças à biodiversidade, melhoram a prestação de serviços às comunidades locais, contribuem para a educação, formação e respeito quer pelas comunidades, quer pelos valores ambientais (CBD, 2004). O turismo tem a potencialidade de gerar muitos benefícios, mas este potencial apenas se concretizará se o turismo for gerido cuidadosamente, de forma a

garantir que os impactos negativos sejam mínimos e os positivos se maximizem (WEARING & NEIL, 2009).

O desenvolvimento sustentável, descrito no *Brundtland Report* (1987), é um tipo de desenvolvimento que atinge as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atingir as suas necessidades. O Tripel bottom line é um conceito de gestão sustentável que passou a ser encarado como uma prática de negócio recomendada. Inclui três pilares principais, todos eles igualmente importantes, para a sobrevivência de um turismo de qualidade. São estes: a qualidade (1º pilar), a saúde, higiene e segurança (2º pilar) e a sustentabilidade ambiental, social e económica (3º pilar) (TIES, 2004; R.A., 2009; ELKINGTON, 1997). Para o sucesso de um produto de turismo é necessário encontrar formas de aplicar os princípios de sustentabilidade ao turismo.

Existem vários tipos de iniciativas e ferramentas da qualidade que permitem ajudar a alcançar estes objectivos. Estas podem ser obrigatórias, como a legislação, regulamentações ou licenças (a cargo dos Governos) (HONEY & ROME, 2001), ou voluntárias, que incluem desde códigos de conduta, prémios de excelência, sistemas de gestão ambiental, guias de boas práticas, auto-compromisso e auto-declarações, programas de certificação para entidades e profissionais e acreditação, ou outros menos conhecidos, como cartas de tu-

rismo sustentável, assistência técnica ou ajudas internacionais (BLACK & CRABTREE, 2007.b; STSC, 2003).

A certificação é um *“procedimento voluntário que avalia, monitoriza e dá uma garantia escrita de que um negócio, produto, serviço, atracção, destino, excursão, prestador de serviços, processo ou sistema de gestão está de acordo com exigências específicas. Premeia, através de um logo comercializável ou selo, os que cumprem ou ultrapassam standards base, ou seja, os que cumprem no mínimo a legislação, nacional ou regional, bem como outros standards estabelecidos, declarados e negociados pelo programa”* (HONEY & ROME, 2001, pp. 5). Este tipo de ferramenta da qualidade apresenta diversas vantagens não só para os consumidores como também para os governos, ambiente e comunidade local. Estas ferramentas permitem aos consumidores reconhecer e escolher produtos ou serviços que sejam responsáveis ambiental e socialmente, ou seja, os produtos genuínos. Em termos gerais, aumenta o conhecimento e reconhecimento de boas práticas e de actividades responsáveis, contribui para a divulgação e educação dos turistas quanto a problemas ambientais e sociais de um local, permitindo-lhe agir com mais respeito e/ou contribuir para possíveis soluções. Os negócios certificados tendem, ainda, a oferecer serviços de melhor qualidade (SHARPLEY, 2001; FONT & TRIBE, 2001).

Beneficia os Governos Uma vez que a certificação ajuda a proteger nichos de mercado, como destinos de ecoturismo ou turismo sustentável, especialmente quando a credibilidade do destino está ameaçada por *greenwashing*. Eleva os standards da indústria em termos de saúde, ambiente e estabilidade social, ao mesmo tempo que diminui custos de regulamentação e de protecção. Ao ser exigida a contribuição e benefício da economia local, pode ajudar à redução da pobreza, especialmente em áreas rurais e menos desenvolvidas (TIES, 2004; DIAMANTIS & WESTLAKE, 2001). A comunidade local pode ser beneficiada pela protecção das suas áreas naturais e culturais, bem como, pela criação de postos de trabalho, através do investimento no desenvolvimento sustentável (STSC, 2003). Isto porque, por exemplo, as certificações de ecoturismo exigem a protecção do ambiente, a minimização de impactos, o respeito pela comunidade local e pela cultura e a garantia de benefícios reais, económicos e sociais. Se um negócio for economicamente sustentável e oferecer qualidade de serviço que garanta a sua sustentabilidade é provável que continue a oferecer benefícios a longo prazo, sendo esta uma mais-valia para as comunidades (DIAMANTIS & WESTLAKE, 2001).

Relativamente ao ambiente, a certificação é um meio de garantir o investimento na conservação através de apoios directos ou financeiros; de preservar a biodiversidade e todos os seus valores naturais

associados e de alertar, envolver e sensibilizar as pessoas, quantos aos seus valores e possíveis ameaças (STSC, 2003). A comunidade local pode, assim, utilizar esta ferramenta para determinar o tipo de actividades turísticas que ajudaram a maximizar os benefícios positivos e a minimizar os impactos negativos do turismo (CRABTREE, O'REILLY, & WORBOYS, 2002).

## Funcionamento da certificação

Existem determinados órgãos que criam os programas de certificação (entidade financiadora), como, por exemplo, ONG's ou Associações Ambientais, que pretendem influenciar o desempenho ambiental

da indústria, especialmente em subsectores que sejam identificados como problemáticos. São estes órgãos que, normalmente, financiam os programas de certificação e que contratam uma equipa ou empresa (de peritos em gestão de projectos, etiquetas, indicadores, marketing, entre outras importantes funções), que irá actuar como órgão avaliador (FONT X., 2002). A preparação do esquema dos standards exigidos, dos indicadores da etiqueta e dos manuais de avaliação são propostos por outro órgão externo (órgão certificador) que será, igualmente, contratado pela entidade financiadora (FONT X., 2002). O processo da certificação envolve 5 passos essenciais, esquematizados na Figura (1), com base no modelo FONT, X. (2001).

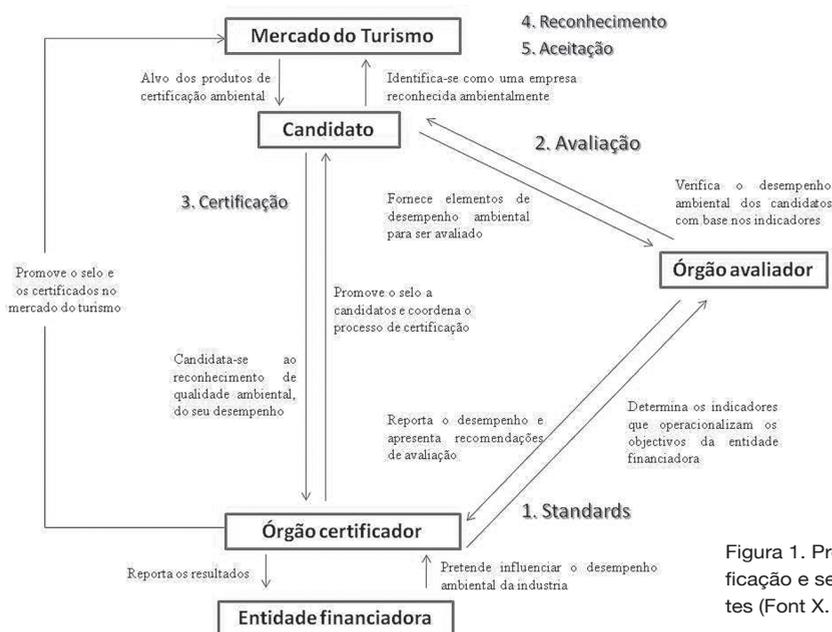


Figura 1. Processo de certificação e seus intervenientes (Font X., 2001).

Em primeiro lugar está a determinação dos standards (1) que os candidatos devem cumprir. São, então, elaborados standards imparciais, relevantes para a indústria e alcançáveis por uma proporção da mesma (ISSAVERDIS J., 1998). Parte do processo inclui determinar indicadores que podem aferir os standards de forma credível e eficiente, através da variedade de candidatos para os quais se destina, ou seja, dependem do foco do programa (FONT & HARRIS, 2004; FONT, SANABRIA, & SKINNER, 2003). Após a criação dos standards e indicadores, os candidatos podem submeter-se à avaliação (2), passando por um processo de examinação, aferição e de determinação da sua conformidade com os requisitos pré definidos, ou seja, avaliação dos indicadores por um avaliador ou auditor (FONT X., 2002; TOTH, 2002). É claro que o processo de avaliação irá variar de acordo com os indicadores, já que estes vão determinar o tipo de provas necessárias para a aferição. A avaliação em si pode consistir em diversos métodos, como, por exemplo, uma visita ao local, uma revisão de documentos de gestão e/ou avaliação de impactos. O método de avaliação utilizado irá, em parte, determinar os custos e também a credibilidade do programa (FONT X., 2002). É muito importante que, neste passo, se evitem conflitos de interesses entre os intervenientes, essencialmente por uma questão de credibilidade (SANABRIA, 2002). O passo seguinte é, então, a atribuição da certificação (3). Se a avaliação for bem sucedida, o candidato é certificado como

tendo alcançado os standards, ou seja, correspondendo aos indicadores exigidos (FONT, SANABRIA & SKINNER, 2003). As auditorias garantem a validade das componentes da certificação e a aplicação das medidas de melhoria de desempenho; representam a situação ideal onde um negócio estabeleceu um benchmark operacional, tornou-se certificado, está a actuar no nível de boas práticas, conduz auditorias internas regulares e está sujeito a auditorias externas que verifiquem o nível do seu desempenho (ISSAVERDIS J., 1998).

O órgão certificador pode ser sujeito a um processo de reconhecimento através de acreditação (4), ou seja, verificação da sua capacidade de certificar empresas e/ou produtos. Este é um meio que garante que o órgão certificador efectuou a sua tarefa correctamente (SANABRIA, 2002), no qual uma entidade independente de qualquer órgão certificador garante que o esquema de certificação, em si, cumpre standards e métodos apropriados, ou seja, “*um programa de acreditação certifica os certificadores*” (HONEY & ROME, 2001: 61). Certificações eficientes requerem acreditação. O objectivo geral é que o selo da certificação seja reconhecido pelos consumidores e canais ou meios de distribuição e considerado como uma mais-valia, que leva à sua aceitação no mercado (FONT, SANABRIA, & SKINNER, 2003).

O passo final na certificação é o seu reconhecimento e aceitação (5); o propósi-

to destes sistemas é conduzir a um reconhecimento e aceitação pela indústria de standards fortes e voluntários, atingidos por uma massa crucial de intervenientes, e pelo mercado como um símbolo de qualidade e uma diferença significativa que influencia o comportamento dos consumidores (FONT X., 2002; TOTH, 2002). Por norma, as certificações têm uma determinada validade, período após o qual os candidatos são sujeitos a novas auditorias, que são as verificações e avaliações metodológicas, documentadas, periódicas e objectivas, que determinam que a entidade (por exemplo, empresa, produtos, programa, individual ou destino) mantém as exigências do programa (HONEY & ROME, 2001).

Ao órgão certificador compete, ainda, a promoção da etiqueta ecológica a possíveis candidatos, de forma a criar uma massa crítica que permita economias de escala no processo de verificação (FONT X., 2002). Os objectivos das etiquetas ecológicas são, normalmente, melhorar o desempenho ambiental dos candidatos, variando bastante entre programas os meios pelos quais estas melhorias podem ser atingidas (FONT X., 2001). O órgão avaliador tem a dificuldade de operacionalizar os indicadores e, neste ponto, podem encontrar-se algumas limitações dos programas (ISSAVERDIS J., 2001). Nem todas as etiquetas ecológicas seguem o processo completo, demonstrando algumas falhas que podem levantar questões sobre as perspectivas do sector (FONT X., 2002).

## Global Sustainable Tourism Council

---

*“Promoting the widespread adoption of global sustainable tourism standards to ensure the tourism industry continues to drive conservation and poverty alleviation”*

O Global Sustainable Tourism Council (GSTC) é um organismo internacional que pretende promover o conhecimento e compreensão de práticas de turismo sustentável, promovendo a adopção dos princípios universais de turismo sustentável e a procura de viagens sustentáveis. O GSTC, procura alcançar objectivos através dos seus diversos programas ligados à criação de standards internacionais, aos destinos, à formação e educação, aos mercados de turismo e à acreditação. É constituído por um grupo de membros muito diversificado e global, incluindo as agências das Nações Unidas, empresas e agências de viagens líderes de mercado, operadores turísticos, conselhos de turismo regionais, pessoas a título individual e comunidades.

Com o contínuo e acelerado crescimento da indústria do turismo torna-se cada vez mais evidente a necessidade de uma interligação multidisciplinar entre o meio ambiente e as comunidades receptoras. Embora a consciência/conhecimento dos turistas/consumidores seja cada vez maior

existe, ainda, alguma falta de compreensão do significado de turismo sustentável. O GSTC pretende clarificar as ambiguidades em torno das possíveis ameaças que o turismo pode criar no meio ambiente, na cultura e nas comunidades locais dos destinos turísticos, ao mesmo tempo que procura explorar e propiciar os impactos positivos, abordando questões como a redução da pobreza e a preservação natural e cultural.

## **Global Sustainable Tourism Criteria (GSTC)**

---

A Global Partnership for Sustainable Tourism Criteria lançada pela R.A., UNEP, United Nations Foundation e pela United Nations World Tourism Organization (UNWTO) criou um conjunto de standards mínimos gerais e globais para o turismo sustentável, intitulado Global Sustainable Tourism Criteria (GSTC). Os GSTC foram oficialmente lançados na Global Conservation Conference, que teve lugar em Barcelona, em 2008. Destinam-se a negócios de turismo e iniciativas de classificação, com o intuito de proporcionar uma estrutura comum a todos e a compreensão das práticas de turismo sustentável. Esta parceria pretende combater eficazmente greenwashing, maximizar os benefícios sociais e económicos do turismo nas comunidades locais, fortalecer a confiança

dos clientes em produtos de turismo “green” e fomentar as práticas de turismo sustentável (TSC, 2009).

No centro de acção do GSCT estão os Global Sustainable Tourism Criteria e os Critérios para destinos turísticos. Estes são princípios orientadores e requisitos mínimos que qualquer negócio ou destino turístico deve aspirar alcançar, a fim de proteger e sustentar os recursos naturais e culturais do mundo.

A existência de um conjunto universal de standards para o turismo sustentável e ecoturismo ajudará as certificações existentes, o mercado do turismo e os clientes a estabelecer uma estrutura de compreensão mútua, cooperação e garantia de qualidade (Patacho, Madalena; 2010). A sustentabilidade é imperativa para todos os intervenientes do turismo e deve-se traduzir de palavras em acções.

## **A ilha do Príncipe e o Bom Bom Island Resort**

---

A Ilha do Príncipe é um local único para muitos, ainda desconhecido. Situado no Golfo da Guiné, esta ilha representa um local de riquezas naturais inigualáveis, uma jóia ecológica com uma floresta tropical imaculada.

O Bom Bom Island Resort (BBIR) está situado a norte na Ilha do Príncipe, em São Tomé e Príncipe. Foi construído no final da década de 80 e desde então tornou-se numa referência internacional dentro do mercado de turismo de praia e pesca.

Actualmente, o BBIR encontra-se num grande processo de mudança, sendo um dos principais objectivos elevar a qualidade do resort, destacando-o ao nível da sustentabilidade e transformando-o numa referência internacional de boas práticas. Pretende-se desenvolver e aplicar uma política de turismo responsável, fazer parte de e apoiar a economia local, promover e proteger o património natural e cultural, apoiar e investir na conservação do destino e elevar os standards de qualidade do resort.

A qualidade é considerada um factor chave no sucesso de um destino e negócio turístico; é, portanto um elemento essencial de estratégia. Melhorar a qualidade e aumentar a satisfação dos visitantes permite atingir melhores resultados e contribuir para a competitividade, sendo este um dos objectivos do BBIR. O BBIR procura elevar os standars da qualidade ao mesmo tempo que promove viagens responsáveis para áreas naturais que conservem o ambiente e promovam o bem-estar da comunidade local, associado a três princípios gerais: benefícios para a conservação da natureza, para a comunidade local e económicos.



Figura 2: Bom Bom Island Resort.

## Política de turismo responsável no BBIR

---

Considerando o carácter natural, socio-económico, histórico e patrimonial da Ilha do Príncipe e o seu potencial turístico e tendo como principal objectivo o compromisso para o desenvolvimento sustentável da Ilha do Príncipe, o BBIR pretende compromete-se na procura e implementação de um modelo de turismo responsável. Assim sendo, entendemos por turismo responsável, todas as práticas que contribuam para o posicionamento competitivo do BBIR no mercado turístico, assentes na conservação e uso sustentável dos recursos naturais, culturais e sociais.

A nossa missão na Ilha do Príncipe, assumir o compromisso de participar activamente na implementação de 10 Princípios que se traduzem nas seguintes acções:

- Reconhecer que a sustentabilidade do turismo na Ilha do Príncipe depende de todos.

- Envolver as comunidades locais na organização do sector do turismo e nos processos de tomada de decisão.
- Assegurar que nas actividades económicas ligadas ao turismo sejam prosseguidos os princípios do comércio justo e asseguradas oportunidades de participação dos agentes económicos e sociais locais.
- Garantir que uma percentagem dos resultados económicos do BBIR sejam efectivamente alocados ao desenvolvimento social e actividades de interesse social.
- Minimizar o impacto ambiental e social.
- Melhorar as experiências emocionais dos turistas que possibilitem um relacionamento profundo com a população local e maior compreensão cultural, social e local.
- Promover acções de comunicação directa com os turistas que visitem o Príncipe, que evidenciem o carácter genuíno da Ilha e das suas gentes.

## Processo de Certificação do Bom Bom Island Resort

---

Considerando os objectivos e missão de turismo responsável do BBIR e de forma a implementar estas medidas e conceitos pretende-se seguir as recomendações da *United Nations Conference on Environment and Development* (UNCED, Rio 1992), e as diversas linhas orientadoras

de programas da Organização mundial de turismo (*World Tourism Organization*) e da UNESCO relativos a desenvolvimento sustentável e protecção do património cultural e natural. Orientando-se pelos princípios do “*Charter for Sustainable Tourism*” (*World Conference on Sustainable Tourism; Islas Canarias*) e pelos *Global Sustainable Tourism Criteria*.

Uma vez iniciado este processo e consoante os resultados atingidos é intuito do BBIR procurar um program de certificação, que se enquadre nos seus objectivos, ou seja, um programa que procure ajudar centros hoteleiros a alcançar estes objectivos através da participação na sustentabilidade do destino aplicando uma atitude responsável como negócio e também envolvendo e influenciando os seus clientes. Através deste processo será então possível reconhecer oficialmente os esforços e as metas atingidas pelo BBIR.

De forma a facilitar este processo e tendo em conta a sintonia dos objectivos do BBIR e de algumas certificações de sustentabilidade na área do turismo, o BBIR está neste momento a desenvolver os passos comuns de um processo de certificação. Este processo no futuro facilitará a eventual certificação do Resort.

O processo de certificação de uma unidade hoteleira candidata a certificações de sustentabilidade implica um conjunto de passos a desenvolver, são estes:

- Diagnóstico inicial no qual se elabora uma pesquisa e diagnóstico da situação actual do candidato de forma a avaliar o seu grau de conformidade em relação aos requisitos/standards que se pretende alcançar.
- Implementação dos requisitos exigidos pela certificação, incluindo:
  - o Assumir um compromisso através da elaboração de uma política de sustentabilidade. No desenvolvimento desta política de sustentabilidade deve-se assumir um compromisso de evitar impactos negativos e maximizar os impactos positivos nas políticas e acções do negócio. Deverão ser sempre tidos em conta os impactos ambientais e sociais locais e a sensibilidade do meio ambiente envolvente.
  - o Desenvolver um Plano de Acção para a Sustentabilidade com base nos resultados da pesquisa de diagnóstico de forma a identificar as melhorias necessárias para atingir os standards da certificação.
- Auditoria interna: quando são adoptados os requisitos mínimos para os standards pretendidos será feita uma auditoria interna. Neste auditoria podem ser identificados alguns pontos que terão de ser corrigidos a fim de alcançar a certificação.
- Auditoria externa: um auditor qualificado realizar uma auditoria externa. Este tipo de avaliação (3º grau) permitem as-

segurar a imparcialidade e credibilidade da certificação.

- Os conteúdos da auditoria serão então analisados de forma a determinar, com base nos objectivos concretizados pelo candidato, se pode alcançar os seus objectivos e consecutivamente poderá receber a certificação ou se, pelo contrário, ainda necessita de melhorias antes de receber a certificação. Anualmente ou bianualmente (consoante as certificações) o candidato é re avaliado e poderá ou não receber a renovação anual da mesma.

Os requisitos e standars que o BBIR pretende podem ser agrupados em 5 pontos principais, são estes:

- A preservação do património natural, cultural e paisagístico.
- O desenvolvimento económico e social da comunidade local.
- A contribuição da entidade para a qualidade de vida dos trabalhadores.
- A conservação do meio ambiente.
- A satisfação dos clientes relativamente ao seu envolvimento no sistema e a qualidade do serviço.

O primeiro ponto refere-se aos Instrumentos de Política de Turismo Responsável e inclui a criação de uma Política de turismo responsável e de um Plano de acção. O Plano de Acção significa preparar, documentar e implementar um plano de acção baseado na Política de Turismo Responsável, estabelecer as prioridades

e objectivos específicos que têm que ser cumpridos de forma a alcançar os compromissos de sustentabilidade assumidos. Nesta categoria serão também abordados os temas de motivação do staff, formação e capacitação e marketing responsável.

O segundo ponto está relacionado com a Conservação e património cultural. Procura assegurar a integração/participação na cultural do destino; a participação na conservação dos recursos culturais e promover o enriquecimento dos visitantes sobre o destino e cultura local, entre outros tópicos.

O desenvolvimento económico e social do destino é abordado no ponto três, onde são avaliados, entre outros, a promoção do desenvolvimento económico e social da comunidade local, bem como a actitude responsável para com os funcionários do hotel.

O quarto ponto é dedicado à conservação ambiental, é necessário que sejam implementados e monitorizados sistemas de gestão de consumos por exemplo gestão e controlo de energia, água e resíduos; gestão e controlo do consumo de produtos. Neste ponto são também abordados os temas de protecção da paisagem e solos; gestão e controlo de gestão de produtos e poluição luminosa.

O último ponto, satisfação dos clientes e envolvimento no sistema de turismo responsável, mais relacionada com a qualidade, participação e envolvimento dos

turistas. Pretende-se criar e implementar códigos de conduta, incentivando comportamentos responsáveis dos turistas in loco e acesso a informação e sensibilização sobre o destino.

Este processo, em termos gerais, implica a criação e implementação de um plano de acção que abranja todos os 5 pontos com base na Política de Turismo Responsável estabelecida. Este é um processo contínuo com revisões e avaliações anuais que no final, caso os standards pré definidos sejam atingidos e devidamente comprovados com sucesso permite a atribuição e reconhecimento por uma certificação de sustentabilidade.

Para que se possa atingir todos estes objectivos e concretizar este processo o BBIR já iniciou algumas medidas e acções. Alguns exemplos do que já está a ser implementado são: um plano de gestão de resíduos que implica não só a implementação de um processo de redução, recolha, separação e reutilização de resíduos, bem como formação do staff e aquisição de equipamentos próprios. Além deste processo é necessário encontrar soluções para os resíduos finais, uma vez que em toda a ilha não existe sistema de recolha e tratamentos de resíduos. Estão a ser desenvolvidos programas de formação sobre uso de água e energia, ao mesmo tempo que se aplicam medidas de redução de gastos e sensibilização dos clientes, de modo a participarem também no

processo de sustentabilidade do BBIR. A recuperação dos jardins do resort incluem essencialmente o uso de flora local, a não utilização de produtos químicos e poluentes e a instalação de um sistema de produção e utilização de composto. O BBIR tem trabalhado e desenvolvido acções junto da comunidade local, não só para o apoio ao seu desenvolvimento mas também para assegurar o investimento directo na economia local. Sempre que possível as compras são feitas localmente e procura-se introduzir e promover elementos da cultura local nas instalações do resort. Na recepção do BBIR dispomos de stands de venda de produtos locais e de um guia de divulgação dos produtos que se podem adquirir na Ilha, o local de venda e compra directa aos produtores, sem que haja intermediários.

O BBIR encontra-se neste momento na fase de planificação e estabelecimento de metas a alcançar. A certificação será um meio de efectivamente quantificar e comprovar as metas desejáveis para o resort. No entanto, este será um grande desafio uma vez que falamos de um hotel com 20 anos de existência, situado num local muito remoto, com difícil acesso e com grandes limitações de infraestruturas externas. Será um processo muito interessante e importante no que respeita o desenvolvimento e preservação das riquezas deste local único, a Ilha do Príncipe.



Figura 3: Bom Bom Island Resort Restaurante e Bar.

## Bibliografia

- Black, R., & Crabtree, A. (2007). Setting the Context: Quality in Ecotourism. In *Quality Assurance and Certification in Ecotourism*, Ecotourism Book Series nº5 (pp. 6-7). CAB International.
- CBD. (2002). *Biological Diversity and Tourism: Development of Guidelines for Sustainable Tourism in Vulnerable Ecosystems*. Published by the Secretariat of the Convention on Biological Diversity.
- CBD. (2004). *Convention on Biological Diversity*. Obtido em Janeiro de 2010, de <http://www.cbd.int/convention/convention.shtml>
- Crabtree, A., O'Reilly, P., & Worboys, G. (2002). Setting a worldwide standard for ecotourism: sharing expertise in Ecotourism Certification: Developing an International Ecotourism Standard. World Ecotourism Summit. Québec: EAA, NEAP and Co-Operative Research Center for Sustainable Tourism of Australia.
- Diamantis, D., & Westlake, J. (2001). Ecolabelling in the Context of Sustainable Tourism and Ecotourism. In R. BUCKLEY, & X. FONT, *Tourism Ecolabelling. Certification and Promotion of Sustainable Management* (pp. 27-40). Wallingford, UK: CABI Publishing; CAB International.
- Elkington, J. (1997). *Cannibals with Forks: The Triple Bottom Line of 21st Century Business*. Oxford: Capstone Publishing.
- Font, X. (2002). *Environmental Certification in Tourism and Hospitality: progress, process and prospects*. Elsevier Science , pp. 197-205.

- Font, X. (2001). Regulating the Green Message: the Players in Ecolabelling. In X. F. Buckley, Tourism Ecolabelling Certification and Promotion of Sustainable Management (pp. 1-15). Wallingford, UK: CABI Publishing.
- Font, X., & Harris, C. (2004). Rethinking Standards from Green to Sustainable. *Annals of Tourism Research*, vol 31, N°4, 986-1007. Elsevier.
- Font, X., & Tribe, J. (2001). Promoting Green Tourism: the Future of Environmental Awards. *International Journal of Tourism Research*, 3, pp. 9-21.
- Font, X., Sanabria, R., & Skinner, E. (2003). Sustainable Tourism and Ecotourism Certification: Raising Standards and Benefits. *Journal of Ecotourism*. Vol. 2, No. 3, pp. 213-218.
- Honey, M. (2002). *Ecotourism & Certification: Setting Standards in Practice*. Washington: Island Press.
- Honey, M., & Rome, A. (2001). *Protecting Paradise: Certification Programs for Sustainable Tourism and Ecotourism*.
- Issaverdis, J. (1998). *Tourism industry accreditation – a comparative critique of developments in Australia*. Melbourne, Australia: MBus thesis, Victoria University.
- Issaverdis, J. (2001). *The Pursuit of Excellence: Benchmarking, Accreditation, Best Practice and Auditing*. In D. B. Weaver, *The Encyclopedia of Ecotourism* (pp. 580-593). Wallingford, UK: CABI Publishing.
- Patacho, Madalena (2010). *Comparação de programas de Certificação em Ecoturismo*. Dissertação de Mestrado em Gestão e Conservação de Recursos Naturais, Universidade de Évora e Instituto Superior de Agronomia. Évora.
- R.A. (2009). *Rainforest Alliance*. Obtido em 31 de 8 de 2009, de <http://www.rainforestalliance.org/tourism.cfm?id=main>
- Sanabria, R. (2002). *Accreditation: Certifying the Certifiers*. In M. Honey, *Ecotourism & Certification: setting standards in practice* (pp. 325-356). Washington, DC: Island Press.
- Sharpley, R. (2001). *The Consumer Behaviour Context of Ecolabelling*. In R. Buckley, & X. Font, *Tourism Ecolabelling. Certification and Promotion of Sustainable Management* (pp. 41-56). Wallingford, UK: CABI Publishing, CAB International.
- STSC. (2003). *Raising the Standards and Benefits of Sustainable Tourism and Ecotourism Certification*. STSC Final Report.
- TIES. (2004). *A Simple User's Guide to Certification for Sustainable Tourism and Ecotourism*, hand book 1, 3th edition. Washington: Center on Ecotourism and Sustainable Development.
- Toth. (2002). *Exploring the Concepts Underlying Certification*. In M. Honey, *Ecotourism & Certification Setting Standards in Practice* (pp. 73-100). Washington, DC: Island Press.
- TSC. (2009). *The Global Sustainable Tourism Criteria*. Obtido em 10 de 1 de 2010, de <http://www.sustainabletourismcriteria.org/>
- UNEP/WTO. (2002). *World Ecotourism Summit Final Report*. The Québec Declaration on Ecotourism. Québec, Canada: World Tourism Organization; <http://www.unep.fr/shared/publications/pdf/WEBx0078xPA-EcotourismSummitEN.pdf>.
- Wearing, S., & Neil, J. (2009). *Ecotourism: Impacts, Potentials and Possibilities?* Second Edition. Oxford, UK: Elsevier Ltd.
- Charter for Sustainable Tourism (1995). *World Conference on Sustainable Tourism*. Lanzarote, Islas Canarias, Espanha. <http://www.gdrc.org/uem/eco-tour/charter.html>

## Sites consultados

- <http://www.bombomprincipe.com>
- <http://www.ecotourism.org/>
- <http://www.gstcouncil.org/>
- <http://www.gstcouncil.org/sustainable-tourism-gstc-criteria/criteria-for-hotels-and-tour-operators.html>
- <http://www.obopark.com/pt/saotomeprincipe/nationalparks.html>



Moendo mandioca en Lepi (Angola)

© Xose Manuel Malheiro